



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO VALDENIR ANTONIO POLIZELI

PRIMEIRA CÂMARA DE 11/07/17

ITEM Nº 60

PREFEITURA MUNICIPAL - CONTAS ANUAIS - PARECER

60 TC-002117/026/15

Prefeitura Municipal: Birigui.

Exercício: 2015.

Prefeito(s): Pedro Felício Estrada Bernabé.

Advogado(s): Glauco Peruzzo Gonçalves (OAB/SP nº 137.763), Juliana Maria Simão Samogin (OAB/SP nº 164.320), Cléber Serafim dos Santos (OAB/SP nº 136.518) e outros.

Acompanha(m): TC-002117/126/15 e Expediente(s): TC-006015/989/15.

Procurador(es) de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalizada por: UR-1 - DSF-I.

Fiscalização atual: UR-1 - DSF-I.

RELATÓRIO

Em exame as Contas Anuais do CHEFE DO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI, SENHOR PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ, relativas ao exercício de 2015.

Da análise extensiva dos resultados da gestão, em seu laudo de inspeção UR-1 / Unidade Regional de Araçatuba anotou desacertos (fls. 365/370) ante os quais o administrador, notificado¹, carrou as seguintes justificativas² (expediente TC-529/001/16; fls. 379/449):

A.1 - PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:

- Inexistência dos Planos de Saneamento Básico e de Mobilidade Urbana e sequente impedimento de receber verbas federais destinadas às áreas, consoante

¹ Notificação à fl. 374, publicada no Diário Oficial do Estado em 15/06/2016.

² Por seu mandatário *Doutor Cléber Serafim dos Santos* (OAB/SP nº 136.518); instrumento de mandato à fls. 450.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

artigo 26, §2º, do Decreto Federal 7.217/2010, que regula a LF 11.445/2007, e artigo 24, §4º, da LF 12.587/2012, como versou o Comunicado SDG 36/2012;

DEFESA - De serem afastados os apontamentos vez que medidas de consecução dos planos reclamados já foram adotadas pelo Executivo Municipal, e, ademais, que inexistente prazo limite para a efetiva implantação das respectivas ações, havidas apenas datas restritivas de acesso a correlatos recursos. Há registrar que a *PROJEC - PROJETOS E CONSULTADORIA LTDA.*, empresa contratada com vistas à execução do Plano de Saneamento Básico, incorreu em atraso na entrega dos serviços, o que ensejou providências de notificação em face de eventual apenamento (fls. 101/104 - Anexo VI).

A.2 - CONTROLE INTERNO:

- A disciplina do Decreto Municipal nº 5.488/2015 é insuficiente em garantir a necessária independência e efetividade do Sistema de Controle Interno, vez que os procedimentos não foram claramente definidos e que a Administração carece de cargo efetivo para o desempenho da controladoria; afronta aos artigos 31 e 74 da CF e aos Comunicados SDG 32/2012 e 35/2015;

DEFESA - Servidor designado à Controladoria Interna (Portaria nº 257/2012) foi afastado em 2013, o que prejudicou a adequada condução dos procedimentos. Todavia, a Administração adotou medidas de garantia à independência e à efetividade do controle interno, com a realização de estudos para aperfeiçoamento dos mecanismos e oportuno provimento de quadro efetivo designado às correspondentes atribuições (fls. 105/110 - Anexo VI).

A.3 - ACOMPANHAMENTO DO ENSINO 2015 - FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO - CICLO I DO ENSINO FUNDAMENTAL:

- Com fulcro nas orientações do Conselho Nacional de Educação, como apontado em 2014, há necessidade de melhorias: redução da rotatividade de professores, coordenadores pedagógicos e dirigentes; diminuição do número de alunos por sala (máximo de 24); aumento da relação área/aluno (mínimo de 1,875 m²); melhoria



das instalações prediais e dos recursos pedagógicos (materiais de literatura, enciclopédias e dicionários); aumento do nível de vínculo efetivo dos professores (63,31% dos pesquisados), posto identificado o extremo de 100% de docentes em caráter temporário na escola EM Professor Luciano Augusto Canellas, em afronta ao artigo 37, II, da CF, e prejuízo ao desenvolvimento de atividades continuadas de ensino-aprendizagem, e; maioria dos afastamentos de docentes motivada por problemas de saúde, o que demanda investigação e correção do ambiente de trabalho por parte do Poder Público, reiterando determinações deste E. Tribunal; **DEFESA** - A Administração empenha-se em regularizar o quadro de docentes efetivos e no aperfeiçoamento da gestão educacional, pautada em dispositivos legais, orientações curriculares, diretrizes de formação, investimentos, entre outros fatores. Há ressaltar o crescimento populacional do Município e a recorrente migração de alunos vindos de escolas particulares por ocasião da crise econômica, cujo reflexo é o aumento da demanda de vagas escolares. De se apontar a autonomia das unidades escolares no estabelecimento de seus projetos políticos-pedagógicos e definição de instalações e necessários recursos educacionais, consideradas a participação da comunidade local, e as peculiaridades sociais, culturais e econômicas da localidade (fls. 111/117 - Anexo VI).

A.4 - ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE 2015 - FISCALIZAÇÃO SOBRE O PROGRAMA MUNICIPAL DE CONTROLE DA DENGUE:

- Em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, o exame do *Programa Municipal de Controle Vetorial à Dengue* em Birigui, considerada a condição de "infestado" do Município, detectou as seguintes ocorrências: falta de alguns insumos para o combate à dengue; estrutura de controle vetorial incompleta (ausência de Supervisor Geral; falta de preenchimento dos 60 cargos efetivos de Agente de Combate a Endemias e de outros 120 cargos de Agente Comunitário de Saúde, cujas funções são desempenhadas por funcionários contratados temporariamente e em número inferior ao recomendado); alta taxa de rotatividade de pessoal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

(19% para os ACE e 24% para os ACS, apenas no 1º semestre); número de visitas domiciliares nas áreas urbanas infestadas pelo vetor ficou abaixo da meta fixada no SISPACTO 2014/2015; visitas domiciliares bimestrais em imóveis aquém do parâmetro nacional; número de imóveis trabalhados inferior aos dos três últimos exercícios; diminuição dos recursos aplicados no combate à dengue no "ano epidemiológico" 2014/2015; aumento no número de óbitos de 2014 (01) para 2015 (06), descumprindo meta fixada no Plano Municipal de Saúde 2014/2017 e no Indicador 51 do SISPACTO, o que impactou na redução do i-Saúde do Município;

DEFESA - A Administração tem atuado fortemente no combate à Dengue, por meio de campanhas educativas e de prevenção. Há também o emprego de nebulizadores, sendo disponibilizados aos Agentes Comunitários que trabalham com inseticidas equipamentos adequados de segurança (touca árabe; óculos de proteção; jaleco de brim; luva nitrílica). Porque disponíveis apenas 04 (quatro) servidores de área, o Supervisor Geral é dispensado vez que a norma (DNPCED) requer existentes 05 (cinco) profissionais de área. Todavia à alta rotatividade, em janeiro de 2016 houve contratação de aprovados no Concurso Público 02/2015, em substituição a agentes temporários com vínculo expirado, fase de transição que impactou em redução das visitas domiciliares. Com um quadro de 29 (vinte e nove) Agentes de Controle de Epidemia (ACE) efetivos e 27 (vinte e sete) celetistas, o atendimento oferecido corresponde a um ACE para cada 970 (novecentos e setenta) imóveis (fls. 118/121 - Anexo VI).

B.1.1 - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- Déficit orçamentário (3,12%) sequente da abertura de créditos suplementares mediante fictício excesso de arrecadação, em afronta ao caput do artigo 43 da LF 4.320/64 e contrariamente ao princípio da gestão fiscal responsável (§1º do art. 1º da LRF); tendência ao déficit orçamentário foi indicada pelo Controle Interno, por serviço de consultoria especializada, por nossa Fiscalização quadrimestral e pelo Sistema Audesp (alertas); o Executivo deixou de adotar as



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

medidas de "limitação de empenho e movimentação financeira" estabelecidas no artigo 25 da LDO/2015, em ofensa ao caput do artigo 9º da LRF;

DEFESA - Cumpre registrar o excesso de arrecadação por recursos próprios verificado em 2015 na ordem de R\$ 8.793.171,73 (previsão: R\$ 166.616.390,00; arrecadação efetivada: R\$ 175.409.561,73). Houve receita parcelada para a cobertura de empenhos processados de forma integral, os quais sequentes de convênios que pendem de recebimentos (Total empenhado: R\$ 5.425.302,63; Valores recebidos: R\$ 792.645,00; Saldo a receber: R\$ 4.632.657,63). De se apontar que o *DECRETO 5.473/2015* (fls. 140/146) procedeu à contenção de despesas em cautela ao cenário de crise nacional, nada obstante aos investimentos de 4,41%, ao crescimento patrimonial de 2,65% em relação a 2014, e à estrita observância dos parâmetros constitucionais e legais aplicáveis aos dispêndios.

B.1.2 - RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL:

- Geração de déficit financeiro de R\$ 8.674.653,68, em reflexo à baixa orçamentária do exercício;

DEFESA - Conforme esclarecimentos de B.1.1.

B.1.2.1 - INFLUÊNCIA DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SOBRE O RESULTADO FINANCEIRO:

- Diferença entre o resultado financeiro apresentado no Balanço Patrimonial do exercício e o calculado a partir do Balanço anterior, provavelmente ocasionada por variações diminutivas (independentes da execução orçamentária), não identificadas pela origem;

DEFESA - Não disparidades nos resultados vez que os números apresentados pela Administração atendem as novas regras da Contabilidade Pública (fls. 406/407).

B.1.3 - DÍVIDA DE CURTO PRAZO:

- Iliquidez em face dos compromissos de curto prazo;

DEFESA - Reitere-se explicações de B.1.1.

B.1.6 - DÍVIDA ATIVA:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

- **Elevação da Dívida Ativa em 6,90%, sem provas de medidas adicionais de cobrança, como efetivação de protesto extrajudicial (LF 9.492/97; Comunicado SDG 23/2013) ou "chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa" (art. 25, I, da LDO/2015); aumento de 288,27% no volume de cancelamentos da Dívida Ativa (R\$ 600.797,97), em parte sequentes de "baixa por prescrição" determinada judicialmente pela falta de movimentação das respectivas execuções fiscais por mais de cinco anos, sem instauração de procedimento para apuração de falta funcional;**

DEFESA - Foram adotadas medidas suficientes em vista da captação de receitas por dívida ativa, mediante cobranças amigáveis (12.898), ajuizamento de ações em face de inadimplentes (1.084), bem como criação de programa de recuperação fiscal e de incentivo à adimplência (Lei Municipal nº 5.897/14). Já levadas a termo providências de notificação e reparação amigável em face do Contrato 5.288/09, nada obstante eventual cobrança judicial do débito. Dívidas de agentes políticos por falta de recolhimento de encargos previdenciários é objeto do Inquérito Civil nº 14.0211.0003099/2014-0, em trâmite na Promotoria de Birigui. Quanto aos cancelamentos, há que as execuções competem aos exercícios de 1998, 1999, 2003, 2004 e 2005, cujas ações foram arquivadas por prescrição há pelo menos dez anos, o que afasta a hipótese de desídia da Gestão (fls.122/156 - Anexo VI).

B.2.1.1 - ALIENAÇÃO DE ATIVOS:

- **Inércia na regularização de transferência da propriedade de área pública; edição, por iniciativa do Executivo, da Lei Municipal nº 6.099/2015 para subdividir a mesma faixa de terreno em novas áreas, sem demonstrar preenchimento de requisitos essenciais do artigo 17 da Lei Federal nº 8.666/93 (avaliação prévia e uma das hipóteses de licitação dispensada); não movimentação em conta específica de depósito judicial de alienação de ativos, em afronta ao disposto nos artigos 44 e 50 da LRF;**

DEFESA - Em que pese a demora ocorrida nos trâmites processuais, as transferências foram regularizadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

conforme escritura pública datada de 14/07/2016 (fls. 59/64 - Anexo V).

B.3.1.2 - DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO:

- **Demanda reprimida na Educação Infantil, em afronta ao caput do artigo 205 da CF e ao disposto no artigo 11, V, da Lei Federal nº 9.394/96, contrariamente ao pactuado com o Ministério Público Estadual mediante Termo de Ajustamento de Conduta;**

DEFESA - Estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público ensejou o seu arquivamento (fls. 66/67 - Anexo V). *"É imperioso salientar que o Município de Birigui tem buscado constantemente alternativas e recursos para o atendimento de eventual demanda na educação infantil e tem concretizado suas políticas educacionais, garantindo acesso a todas as crianças ao sistema educacional e a melhor qualificação de seus profissionais, tudo em atenção norma constitucional".*

B.3.2.2 - OUTROS ASPECTOS DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE MUNICIPAL:

- **Atuação insatisfatória do Conselho Municipal de Saúde; desrespeito ao Guia de Orientação aos Membros do Conselho Municipal de Saúde, disponibilizado por este E. Tribunal desde 2004;**

DEFESA - Em andamento em conjunto com os membros do Conselho Municipal providências de reformulação das políticas públicas. Queda no componente *I-Saúde* do *IEGM* é reflexo do impacto da crise econômica na Saúde Pública, em face do aumento da demanda de pessoas advindas do atendimento particular.

B.3.2.3 - FUNCIONAMENTO DO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL:

- **Condições irregulares de funcionamento do Pronto Socorro Municipal; há *sub judice* ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual com vistas à regularização de impropriedades, dentre as quais o insuficiente atendimento médico de emergência, em violação ao artigo 196, caput, da CF/88;**

DEFESA - A Ação Civil nº 1007541-45.2014.8.26.0077 aguarda julgamento de fase recursal. Cabe ressaltar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

que a Administração empenha-se na regularização do atendimento, de modo que *"não permanece inerte, pelo contrário, já adotou diversos procedimentos visando sanar as irregularidades e colocar o Pronto Socorro em condições e dentro das condições exigidas"* (registro do CREMESP; Alvará da Vigilância Sanitária; Termo de Vistoria do Corpo de Bombeiros; adequação dos quartos de observação; instalação das salas de inalação; adequação da central de esterilização; implantação de classificação de risco e pesquisa de satisfação; dimensionamento do quadro de servidores; aperfeiçoamento das anotações da assistência de enfermagem).

B.5.3.2 - ADIANTAMENTOS:

- **Concessão de adiantamentos a agentes políticos, em desrespeito ao artigo 68 da LF 4.320/64 e ao item 02 do Comunicado SDG 19/2010, sob demanda de adequações na legislação municipal; despesas de adiantamento da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer carecem de comprovação de economicidade e legitimidade;**

DEFESA - Haja vista o amparo legal, não há falar em irregularidades nos adiantamentos a cargo do Edil Amilcar Branco. Nada obstante, a Administração está providenciando a adequação da legislação local, para atendimento da Lei 4.320/64. Impugnadas despesas da Secretaria de Esportes foram devidamente aferidas e legitimadas quanto ao interesse público. Medidas de correção dos procedimentos de comprovação de gastos foram adotadas para o atendimento do Comunicado SDG 19/2010.

B.6.2 - ALMOXARIFADO:

- **Inobservância das normas de estocagem de líquidos combustíveis e inflamáveis por desconhecimento dos responsáveis; ausência de projeto de engenharia para instalação de tanques de combustíveis, bem como de laudo de inspeção do Corpo de Bombeiros, licença ambiental para armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis, e laudo de vistoria da CETESB; existência de 03 (três) tanques de ferro enterrados no solo, dos quais 02 (dois) com 40 (quarenta) anos e um 20 (vinte) anos, ambos aproximadamente, inobstante o extenso lapso de permanência possa impactar em**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

corrosão; inexistência de para-raios; ineficácia dos sistemas de contenção, drenagem e controle de vazamentos de combustíveis; servidores encarregados do abastecimento da frota municipal despreparados para eventuais circunstâncias de combate a incêndio;

DEFESA - A Prefeitura já iniciou estudo com vistas à transferência do posto de abastecimento, bem como adotou medidas administrativas e judiciais cabíveis em face da *PETROBRAS*, proprietária dos tanques e a quem compete sua manutenção ou substituição. Há registrar a realização de diagnóstico ambiental em abril de 2012, exame que consignou o atendimento às normas técnicas incidentes, bem como a ausência de áreas contaminadas ou níveis de concentração química que exijam a intervenção da CETESB. Vale ressaltar que quaisquer providências de alteração ou adequação demandam oportunas licenças ambientais, cuja obtenção ocorre em longo prazo (fls. 97/192 - Anexo V; fls. 01/09 - Anexo VI).

B.6.3 - BENS PATRIMONIAIS:

- Falta de levantamento geral de bens imóveis (art. 96 da LF 4.320/64); diferença entre os valores registrados no Cadastro Imobiliário (desatualizado) e o escriturado pela Contabilidade do Executivo, em desobediência ao princípio da evidenciação contábil inscrito no artigo 89 da LF 4.320/64;

DEFESA - Circunstâncias excepcionais inerentes ao primeiro mandato do gestor implicaram em falha na consecução dos levantamentos. Contudo, em julho de 2016 foram realizadas as adequações necessárias no sistema de gerência patrimonial, em conformidade às Normas de Contabilidade Pública. Demais disso foi instauração Comissão de Inventário para a apuração dos bens em atendimento à Lei 4.320/64.

C.1.1 - FALHAS DE INSTRUÇÃO:

- Falta de formalização de contratos ou instrumentos jurídicos equivalentes, com particulares vencedores de licitações para Registro de Preços;

DEFESA - O apontamento reflete excesso de rigor formal, haja vista que a legislação de regência



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

admite a utilização de instrumentos congêneres para formalização de avenças.

C.2 - CONTRATOS:

- Falta de renegociação de contratos com as empresas beneficiadas pela isenção do recolhimento patronal ao INSS (20% da folha salarial), contrariamente ao Comunicado SDG 44/2013;

DEFESA - A Administração já adotou medidas em vista da elaboração de relatório circunstanciado e exame de valores a serem renegociados.

C.2.3 EXECUÇÃO CONTRATUAL:

- Paralisação de 06 (seis) obras iniciadas em exercícios anteriores (Construção da Praça de Esportes; Execução de Guias e Sarjetas e Pavimentação Asfáltica CBUQ; Construção da U.B.S. do Bairro Cidade Jardim; Obras civis da EEAT - Setor Klayton e Setor Saudades; Construção da U.P.A. do Bairro Jardim Planalto e Construção do Centro de Convenções e Eventos); ausência de execução de garantias contratuais prestadas, e dos valores de multas e indenizações devidos, em ofensa ao disposto no artigo 80, III, da LF 8.666/93; contratação de serviços de transporte urbano através de sucessivas contratações por via emergencial e celebrações de aditivos, em afronta à vedação do inciso IV, in fine, do artigo 24 da LF 8.666/93; paralisação da obra de construção da Central de Distribuição de Alimentos e ausência de cobrança da multa aplicada à empresa inadimplente; entrega parcial do objeto do contrato firmado para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, sem apenamento da contratada;

DEFESA - Já designado representante da Administração para o acompanhamento e à fiscalização da execução de contratos, de modo que quatro das seis obras alvo de críticas foram devidamente concluídas. Ademais, suficientes medidas estão em curso para a efetiva conclusão de obras inacabadas, ou para necessárias adequações em face dos contratos celebrados.

D.2 - FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:



- **Divergências entre dados constantes dos registros da Prefeitura e os informados ao Sistema AUDESP, em inobservância ao Comunicado SDG 34/2009;**

DEFESA - Inobstante aos ajustes decorrentes da crise econômica do país, em 2016 já foram empreendidas medidas administrativas de saneamento das falhas apontadas.

D.3.2 - CARGOS EM COMISSÃO:

- **Existência de cargos em comissão que não possuem características de direção, chefia e assessoramento, em desacordo com o art. 37, V, da CF;**

DEFESA - Há questões burocráticas e técnicas que inviabilizam a imediata reforma do quadro funcional e a realização de concurso público. Contudo estão em curso medidas para redução dos postos comissionados.

D.3.3 - FÉRIAS VENCIDAS E NÃO GOZADAS / AUSÊNCIA DE ESCALA DE FÉRIAS:

- **Acúmulo de férias vencidas sem gozo, em afronta ao disposto no "caput" do artigo 77 da Lei Municipal nº 3.040/93 (Estatuto dos Servidores Municipais); ausência de escala de férias;**

DEFESA - As ocorrências apontadas pela Fiscalização são *"resquício da instabilidade institucional pela qual o Município de Birigui foi submetido em exercícios anteriores, contudo, esta situação já sendo sanada, com a criação de escalas de férias, visando a regularização deste quadro"*.

D.5 - ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, ÀS INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL:

- **Intempestividade na comunicação de furtos, em inobservância ao disposto no artigo 37 da Lei Complementar nº. 709/1993; descumprimento do prazo de entrega da documentação exigida pelo Sistema AUDESP, em inobservância ao artigo 2º das Instruções 02/2008; desatendimento de recomendações; ausência de medidas anunciadas em relação à instauração de sindicância para apurar responsabilidades quanto à contratação de despesas ilimitadas com hospedagem, alimentação e transporte de palestrantes.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

DEFESA – De ser admitido o atraso na comunicação dos furtos, porém a Administração procedeu à efetiva apuração dos fatos, bem como à expedição de Boletins de Ocorrência e à abertura de sindicâncias. De igual modo a Administração determinou medidas em vista do criterioso cumprimento dos prazos desta Corte.

Demais dos apontamentos expostos, a inspeção assinala que os descompassos verificados na gerência do orçamento municipal ensejaram 05 (cinco) alertas ao Executivo em razão de circunstanciais desequilíbrios entre despesas e receitas (art. 59, § 1º, I, da LRF). Contudo, ausentes medidas de contenção dos gastos, a **execução orçamentária atingiu déficit de 3,12%**, índice correspondente a R\$ 7.855.168,82, baixa desprovida de suporte financeiro do exercício anterior.

Receitas	Previsão	Realização	AH %	AV %
Receitas Correntes	265.315.354,00	269.478.007,36	1,57%	107,07%
Receitas de Capital	6.169.945,00	4.406.742,47	-28,58%	1,75%
Receitas Intraorçamentárias	-	-	-	0,00%
Deduções da Receita	(21.485.299,00)	(22.209.214,62)	3,37%	-8,82%
Subtotal das Receitas	250.000.000,00	251.675.535,21		
Outros Ajustes				
Total das Receitas	250.000.000,00	251.675.535,21		100,00%
Excesso de Arrecadação		1.675.535,21	0,67%	0,67%
Despesas Empenhadas	Fixação Final	Execução	AH %	AV %
Despesas Correntes	223.898.520,05	217.812.414,75	-2,72%	83,93%
Despesas de Capital	13.083.805,76	11.152.190,74	-14,76%	4,30%
Reserva de Contingência	-	-	-	0,00%
Despesas Intraorçamentárias	22.990.638,22	23.493.934,41	2,19%	9,05%
Repasse de duodécimos à CM	8.700.000,00	8.700.000,00	0,00%	3,35%
Transf. Financeiras à Adm. Indireta	-	-	-	0,00%
Dedução: devolução de duodécimos		(1.627.835,87)		
Subtotal das Despesas	268.672.964,03	259.530.704,03		
Outros Ajustes		-		
Total das Despesas	268.672.964,03	259.530.704,03		100,00%
Economia Orçamentária		9.142.260,00	-3,40%	3,52%
Resultado Ex. Orçamentária:	Déficit	(7.855.168,82)		3,12%

No que tange às alterações do plano orçamental, houve **abertura de créditos adicionais** e a realização de **transferências, remanejamentos e/ou transposições** na ordem de 28,69%, no total de R\$ 71.731.001,76.

Os indicadores a seguir demonstram



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

expressivo déficit financeiro (2424,74%), bem como significativa majoração do resultado econômico (67,47%), e pequena elevação do saldo patrimonial em 2015 (2,65%).

Resultados	2014	2015	%
Financeiro	373.144,90	(8.674.653,68)	2424,74%
Econômico	4.477.148,03	7.497.875,92	67,47%
Patrimonial	175.054.424,28	179.701.798,36	2,65%

Empreenderam-se ainda **investimentos** correspondentes a 3,67% da Receita Corrente Líquida. De se apontar que o histórico orçamentário evidencia queda de investimentos em 2015, bem como reversão do saldo superavitário de 2014.

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento em relação à RCL
2014	Superávit de	1,50%	4,92%
2013	Superávit de	0,12%	7,29%
2012	Déficit de	5,11%	14,76%

Restou insuficiente a capacidade de quitação dos **compromissos de curto prazo**, vez que para cada R\$ 1,00 de dívida havia disponibilidade de apenas R\$ 0,79.

Componentes da DCP	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
Restos a Pagar Processados	18.681.231,98	20.744.460,99	18.593.291,05	20.832.401,92
Restos a Pagar Não Processados	16.645.704,27	14.128.191,90	11.121.527,82	19.652.368,35
Consignações	666.692,88	27.960.578,20	27.761.823,15	865.447,93
Depósitos	298.724,46	708.658,24	681.043,87	326.338,83
Outros	-	-	-	-
Total	36.292.353,59	63.541.889,33	58.157.685,89	41.676.557,03
Inclusões da Fiscalização	-	-	6.123,38	
Exclusões da Fiscalização	-	-	-	
Total Ajustado	36.292.353,59	63.541.889,33	58.163.809,27	41.670.433,65
Índice de Liquidez Imediata	Disponível	32.984.278,03	0,79	
	Passivo Financeiro	41.670.433,65		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

No que respeita ao **endividamento de longo prazo**, houve redução de 17,51% dos valores inscritos, com saldo consolidado no valor de R\$ 14.818.434,82.

Exercícios: anterior e em exame	2014	2015	AH%
Dívida Mobiliária	-	-	
Dívida Contratual	10.220.049,29	10.210.835,16	-0,09%
Precatórios	2.053.410,76	-	-100,00%
Parcelamento de Dívidas:	5.690.932,18	4.607.599,66	-19,04%
De Tributos	-	-	
De Contribuições Sociais:	5.690.932,18	4.607.599,66	-19,04%
Previdenciárias	4.884.710,03	3.822.262,15	-21,75%
Demais contribuições sociais	806.222,15	785.337,51	-2,59%
Do FGTS	-	-	
Outras Dívidas	-	-	
Dívida Consolidada	17.964.392,23	14.818.434,82	-17,51%
Ajustes da Fiscalização	-	-	
Dívida Consolidada Ajustada	17.964.392,23	14.818.434,82	-17,51%

Já a **dívida ativa** do Município apresentou majoração na ordem de 6,90% em relação ao exercício anterior, com saldo final apurado em R\$ 54.640.127,44.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Movimentação da Dívida Ativa		2014	2015	AH%
Saldo inicial da Dívida Ativa		50.221.783,14	51.112.487,62	1,77%
Inclusões da Fiscalização		-	-	
Exclusões da Fiscalização		-	-	
Saldo inicial da Dívida Ativa ajustado		50.221.783,14	51.112.487,62	1,77%
Saldo inicial da Provisão para Perdas		-	-	
Inclusões da Fiscalização		-	-	
Exclusões da Fiscalização		-	-	
Saldo inicial Provisão para Perdas ajustado		-	-	
Total		50.221.783,14	51.112.487,62	1,77%
Total Ajustado		50.221.783,14	51.112.487,62	1,77%
Recebimentos		8.903.567,57	7.733.248,54	-13,14%
Inclusões da Fiscalização		-	-	
Exclusões da Fiscalização		-	-	
Recebimentos Ajustados		8.903.567,57	7.733.248,54	-13,14%
Cancelamentos		380.113,48	1.475.858,65	288,27%
Inclusões da Fiscalização		-	-	
Exclusões da Fiscalização		-	-	
Cancelamentos Ajustados		380.113,48	1.475.858,65	288,27%
Valores não Recebidos		40.938.102,09	41.903.380,43	2,36%
Valores não Recebidos Ajustados		40.938.102,09	41.903.380,43	2,36%
Inscrição		10.174.385,53	12.736.747,01	25,18%
Inclusões da Fiscalização		-	-	
Exclusões da Fiscalização		-	-	
Inscrições Ajustadas		10.174.385,53	12.736.747,01	25,18%
Juros e Atualizações da Dívida		-	-	
Inclusões da Fiscalização		-	-	
Exclusões da Fiscalização		-	-	
Juros e Atualizações da Dívida Ajustada		-	-	
Saldo Final da Provisão para Perdas		-	-	
Inclusões da Fiscalização		-	-	
Exclusões da Fiscalização		-	-	
Saldo Final Provisão p/ Perdas ajustado		-	-	
Saldo Final da Dívida Ativa		51.112.487,62	54.640.127,44	6,90%
Saldo Final da Dívida Ativa Ajustado		51.112.487,62	54.640.127,44	6,90%

As **despesas de pessoal** cumpriram o disposto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei de Responsabilidade Fiscal, com custos na ordem de 50,03% da Receita Corrente Líquida, no valor de R\$ 131.959.803,90.

Período	Dez 2014	Abr 2015	Ago 2015	Dez 2015
% Permitido Legal	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Gasto Informado	123.326.405,47	123.665.209,19	128.923.789,59	131.959.803,90
Inclusões da Fiscalização	-	-	-	-
Exclusões da Fiscalização	-	-	-	-
Gastos Ajustados		123.665.209,19	128.923.789,59	131.959.803,90
Receita Corrente Líquida	259.096.104,26	265.881.215,22	255.475.456,15	263.754.627,97
Inclusões da Fiscalização	-	-	-	-
Exclusões da Fiscalização	-	-	-	-
Receita Corrente Líquida Ajustada		265.881.215,22	255.475.456,15	263.754.627,97
% Gasto Informado	47,60%	46,51%	50,46%	50,03%
% Gasto Ajustado		46,51%	50,46%	50,03%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

O **quadro de pessoal** revela a criação de 31 (trinta e um) novos cargos efetivos. Demonstra ainda a contratação de 63 (sessenta e três) servidores permanentes e a exoneração de 49 (quarenta e nove) comissionados.

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Efetivos	4.729	4760	2612	2675	2117	2085
Em comissão	301	301	273	224	28	77
Total	5030	5061	2885	2899	2145	2162
Temporários	2014		2015		Em 31.12 de 2015	
Nº de contratados	345		452		130	

Também os **repasses ao Legislativo** atenderam ao patamar estabelecido no artigo 29-A da CF/88 (7%), com transferências de 5,77% da Receita Ampliada de 2014 (R\$ 154.692.872,63), no aporte total de R\$ 7.090.234,73.

Valor utilizado pela Câmara em:	2015	7.090.234,73
Despesas com inativos		-
Subtotal		7.090.234,73
Receita Tributária ampliada do exercício anterior:	2014	154.692.872,63
Percentual resultante		4,58%

De outro norte, a inspeção assevera o cumprimento da meta constitucional de aplicação mínima no **Ensino** (art. 212 da CF/88), com investimentos de 26,81% da arrecadação direta, correspondentes a R\$ 43.375.955,15.

Registra ainda atenção às balizas postas aos recursos do **FUNDEB** (artigos 21 e 22 da Lei Federal 11.494/07; artigo 60, XII, do ADCT da CF/88), com utilização integral do aporte de R\$ 41.413.770,04 e despesas com o **Magistério** no percentual de 81,10%, no montante de R\$ 33.587.276,84.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS			
RECEITAS		161.817.763,43	
Ajustes da Fiscalização		-	
Total de Receitas de Impostos - T.R.I.		161.817.763,43	
FUNDEB - RECEITAS			
Retenções		22.209.214,62	
Transferências recebidas		41.224.649,31	
Receitas de aplicações financeiras		189.120,73	
Ajustes da Fiscalização		-	
Total das Receitas do FUNDEB - T.R.F.		41.413.770,04	
FUNDEB - DESPESAS			
Despesas com Magistério		33.587.276,84	
Outros ajustes da Fiscalização (60%)		-	
Total das Despesas Líquidas com Magistério (mínimo: 60%)		33.587.276,84	81,10%
Demais Despesas		7.822.553,20	
Outros ajustes da Fiscalização (40%)		3.940,00	
Total das Demais Despesas Líquidas (máximo: 40%)		7.826.493,20	18,90%
Total aplicado no FUNDEB		41.413.770,04	100,00%
DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO			
Educação Básica (exceto FUNDEB)		21.758.250,14	
Acréscimo: FUNDEB retido		22.209.214,62	
Dedução: Ganhos de aplicações financeiras		(9.720,07)	
Dedução: FUNDEB retido e não aplicado no retorno		-	
Aplicação apurada até o dia 31.12. 2015		43.957.744,69	27,16%
Acréscimo: FUNDEB: retenção até 5%:	-	Aplic. no 1º trim. de 2016	-
Dedução: Restos a Pagar não pagos - recursos próprios - até 31.01. 2016		(295.298,93)	
Outros ajustes da Fiscalização - Recursos Próprios		(286.490,61)	
Aplicação final na Educação Básica		43.375.955,15	26,81%
PLANEJAMENTO ATUALIZADO DA EDUCAÇÃO			
Receita Prevista Realizada		161.817.763,43	
Despesa Fixada Atualizada		43.804.141,44	
Índice Apurado		27,07%	

Bem assim a destinação de recursos à **Saúde** mostrou-se de acordo com a disciplina constitucional (art. 77 do ADCT da CF/88), com gastos totais em 31,63% da receita própria do Município, equivalentes a R\$ 51.184.602,67.

SAÚDE		Valores - R\$
Receitas de impostos		161.817.763,43
Ajustes da Fiscalização		-
Total das Receitas		161.817.763,43
Total das despesas empenhadas com recursos próprios		53.718.267,34
Ajustes da Fiscalização		(1.741.271,26)
Restos a Pagar Liquidados não pagos até 31.01 de	2016	(792.393,41)
Valor e percentual aplicado em ações e serviços da Saúde		51.184.602,67 31,63%
Planejamento atualizado da Saúde		
Receita Prevista Atualizada		161.817.763,43
Despesa Fixada Atualizada		53.817.231,02
Índice apurado		33,26%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

A instrução ratifica a conformidade dos pagamentos de **encargos sociais** e a obtenção do *Certificado de Regularidade Previdenciária* pelo Município.

Sobre o **regime de precatórios** atesta depósitos na monta de R\$ 1.838.879,85 e a quitação de requisitórios no total de R\$ 111.033,20.

Manifestações de **ATJ** e sua **Chefia** acostadas às fls. 453/465.

Da perspectiva **econômico-financeira** (fls.453/455), **Assessoria Técnica** refutou explicações prestadas em face do desajuste fiscal da Gestão, e pontuou ultrapassado o limite de 20% fixado pela LOA às alterações orçamentárias (28,69%), praticadas com base em excesso de arrecadação que não se realizou. Destacou ainda que o déficit orçamentário de 3,12%, embora aceitável, repercutiu em baixa financeira de 2.424,74%, e sequente incapacidade de quitação dos compromissos de curto prazo. Opina pela **emissão de parecer contrário à aprovação dos demonstrativos**.

Para o **Segmento Jurídico de ATJ** (fls.456/464), não obstante à ausência de impedimentos legais à aprovação das contas, desconformidades na gestão orçamentária e financeira são suficientes em comprometer a totalidade dos demonstrativos, motivo porque ratificou conclusões da Assessoria precedente pela **desaprovação**.

Chefia de ATJ endossa as posições desfavoráveis de sua equipe, e sugere recomendações³ (fl. 465).

³ Recomendações sugeridas por Chefia de ATJ (fl. 465): "estabeleça limite para a abertura de créditos adicionais e transferências / remanejamentos / transposições condicionado à inflação projetada para o período, de acordo com os Comunicados SDG nº 29/10 e 35/15; promova o adequado equilíbrio orçamentário e financeiro; regularize e/ou não reincida nas falhas apontadas pela Fiscalização (fls. 366/370), principalmente nos setores de Ensino, Saúde e Pessoal".



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Também para o **Ministério Público** as objeções dirigidas à execução orçamentária (B.1.1), ao resultado financeiro (B.1.2), e aos compromissos de curto prazo (B.1.3) maculam a prestação de contas, cenário que se agrava pelas reincidentes críticas à estrutura de pessoal (D.3.2) e à gestão de férias funcionais (D.3.1). Conclui por **juízo negativo**, sem embargo de cabíveis **recomendações** (fls. 466/470).

A **Secretaria-Diretoria Geral** (fls. 473/475), instada a manifestar-se sobre os resultados orçamentário e financeiro, a dívida de curto prazo e a execução contratual, sopesou críticas da instrução e afastou a perspectiva de **reprovação**.

De sua análise, ajustou o quociente orçamentário para 2,21%⁴ (R\$ 5,566 milhões), o qual pondera admissível por esta Corte tendo em vista que a exiguidade financeira correspondeu apenas a 36% de um mês de arrecadação⁵. Em consonância à decisão proferida nos autos do TC-410/026/14⁶, entende que o resultado *"não compromete exercícios posteriores e não impede que se recomende a adoção de rígido controle das entradas e saídas de caixa visando ao*

⁴ Recálculos de SDG:

- déficit apurado pela Fiscalização = [-] 3,12% ([-] R\$ 7,855 milhões);
- dedução do superávit financeiro de 2014 (R\$ 373 mil) = [-] 2,97% ([-] R\$ 7,482);
- dedução de despesas não processadas* (R\$ 1,1916 milhão) = [-] 2,21% ([-] R\$ 5,566 milhões).

* convênios cujos recursos não foram repassados ao Município, conforme apurado no Pentaho.

⁵ Resultado anual = R\$ 251,676 milhões. Resultado mensal = R\$ 20,973 milhões. Déficit financeiro de [-] R\$ 7,482 milhões = 36% do resultado mensal.

⁶ **TC-410/026/14 (Contas da Prefeitura Municipal de Cajobi – Exercício de 2014; Relatoria Conselheira Cristiana de Castro Moraes; Trânsito em Julgado em 05/04/2016)**. Excerto da decisão: *"O resultado da execução orçamentária no exercício registrou déficit de 2,34% - R\$ 565.758,29, não amparado por saldo financeiro do exercício anterior. Desse modo, foi estabelecido um déficit financeiro de R\$ 564.801,62. Esses resultados negativos não são suficientes ao desequilíbrio das contas, tomando como parâmetro que representam menos de 01 mês de arrecadação (R\$ 24.731.187,48 : 12 = R\$ 2.013.785,766); contudo, a Origem deve proceder esforços fiscais no sentido de constituir superávits primário e nominal, com a intenção de eliminar o passivo constituído"*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

necessário contingenciamento de despesas, consoante artigos 13 e 9º da LRF”.

Quanto às obrigações de curto prazo pontua que a dedução das despesas não processadas (convênios; R\$ 1,916 milhão) reduz o endividamento para 39,754 milhões, e eleva o estoque anterior para 9,5%, índice abaixo da inflação aferida no período (10,67% - IPCA). Sobre a paralisação de obras, acolhe as medidas noticiadas pela Origem e conclui que as ocorrências podem ser objeto de acompanhamento em inspeções futuras.

Subsidiou a instrução dos autos:

Protocolo:	TC-6015/989/15
Interessado:	Laboratório Estados Unidos Ltda. – EPP
Assunto:	Possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de Birigui, no que se refere a eventual atraso no empenhamento e liquidação de despesas.
Conclusões:	A Fiscalização procedeu à averiguação das informações trazidas. Os comentários constam dos itens de relatório “C.1.1 – FALHAS DE INSTRUÇÃO”, letra “a”, e “D.4 – DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES”.

Histórico de pareceres:

Exercício	Processo	Pareceres
-----------	----------	-----------



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Exercício	Processo	Pareceres
2014	TC-0025/026/14	Favorável com recomendações ⁷ .

⁷ **Contas de 2014 (TC-25/026/14; DOE 29/03/2016; Trânsito em Julgado em 29/04/2016; Relator Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo):** Segunda Câmara de 08/03/2016. **PARECER FAVORÁVEL**, com **ADVERTÊNCIAS**: a) Elabore o Plano Municipal de Saneamento Básico (Lei federal nº 11.445/07), o Plano de Mobilidade Urbana (Lei federal nº 12.587/12) e o Plano Municipal de Educação (Lei federal nº 13.005/14). b) Regule o Sistema de Controle Interno, atentando para a necessidade de apresentação de relatórios periódicos, nos termos dos artigos 31 e 74 da Constituição Federal e das orientações traçadas por este E. Tribunal no Manual Básico – O Controle Interno do Município. c) Adote com relação à rede pública municipal de ensino as seguintes providências: - solucione a demanda reprimida na educação infantil; - reduza a rotatividade de professores e dirigentes; - diminua o número de alunos por sala (máximo de 24); - aumente a relação área/aluno (mínimo de 1,875 m²); - aprimore as instalações e recursos pedagógicos, a exemplo dos materiais de literatura infantil e infanto-juvenil; - aumente o nível de vínculo efetivo dos professores (59,67% dos pesquisados), em razão de ter sido identificado o extremo de 100% de docentes temporários na escola EM Prof. Luciano Augusto Canellas, em afronta ao artigo 37, II, da Constituição Federal e com prejuízo ao desenvolvimento de atividades continuadas de ensino-aprendizagem; - regularize a jornada extraclasse de 94,63% dos professores pesquisados, inferior ao mínimo de 33,33% das horas trabalhadas (afronta ao disposto no artigo 2º, § 4º, da Lei federal nº 11.738/08); - melhore as condições do ambiente de trabalho, tendo em conta que a maioria dos afastamentos de docentes foi motivada por problemas de saúde. d) Regularize a divergência constatada no valor do Patrimônio Líquido indicado no Balanço Patrimonial. e) Aprimore os mecanismos de cobrança da dívida ativa para possibilitar maior índice de recuperação de créditos. f) Envide esforços com vista à regularização da transferência de propriedade da área pública assinalada no item B.2.1.1. Alienação de Ativos. g) Adote medidas urgentes com vista à regularização do atendimento à saúde, cuidando para a normalização do funcionamento do Pronto Socorro Municipal. h) Cuide para que a situação da Prefeitura perante o BiriguiPrev seja regularizada, assim como também a da Santa Casa de Misericórdia de Birigui (entidade sob intervenção municipal) perante o INSS. h) Corrija a divergência constatada entre o valor dos bens imóveis apurado no respectivo inventário e o escriturado pela Contabilidade, zelando para que os registros se mostrem fidedignos. i) Observe, com rigor, as normas da Lei federal nº 8.666/93 e a jurisprudência deste Tribunal, no tocante às despesas realizadas por meio de procedimento licitatório, e/ou por meio de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, formalizando adequadamente os respectivos contratos e acompanhando devidamente a sua execução. j) Renegocie os contratos com as empresas beneficiadas pelas isenções tributárias decorrentes da Lei federal nº 12.546/11, exigindo a cobrança dos valores pagos a maior, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei federal nº 8.666/93 e em conformidade com o Comunicado SDG nº 44/2013. k) Adote providências urgentes para a devida regularização das impropriedades constatadas quanto à qualidade da água fornecida à população. l) Efetue os ajustes necessários para garantir a fidedignidade das informações inseridas no banco de dados do Sistema AUDESP, em cumprimento aos princípios da transparência e da evidenciação contábil, nos termos do Comunicado SDG nº 34/09. m) Reavalie o quadro de servidores, reduzindo o excessivo número de cargos em comissão, e observe com relação a estes o disposto no artigo 37, V, da Constituição Federal, de modo que suas atribuições efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção. n) Aprimore a gestão de pessoal, adotando medidas concretas com vista à regularização das férias



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Exercício	Processo	Pareceres
2013	TC-1552/026/13	Favorável com recomendações ⁸ .
2012	TC-1484/026/12	Desfavorável com recomendações ⁹ .

GCECR
ADS

vencidas. o) Atenda integralmente Instruções e recomendações desta Corte. AUTOS PRÓPRIOS: - Contrato nº 6705/2014; - Concorrência nº 05/2013 e respectivo contrato.

⁸ **Contas de 2013 (TC-1552/026/13; DOE 10/04/2015; Transito em Julgado em 12/05/2015; Relator Auditor Subs. Cons. Márcio Martins de Camargo):** Segunda Câmara de 10/03/2015. **PARECER FAVORÁVEL.** RECOMENDAÇÕES: - aperfeiçoe os planos orçamentários, nos termos do que prescreve o artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas; - institua o Plano Municipal de Saneamento Básico, em atendimento ao disposto nos artigos 11, 17 e 19 da Lei Federal 11.445/07; - institua o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em atendimento ao disposto no artigo 18, da Lei Federal 12.305/10; - aprimore o sistema de cobrança da dívida ativa; - registre adequadamente todas as despesas e recursos alusivos aos gastos com pessoal; - observe o artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista o limite prudencial de despesa com pessoal; - atenda à demanda municipal de educação infantil; - observe rigorosamente a ordem cronológica de pagamentos; - alimente o sistema AUDESP com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil, observando o Comunicado 34/2009, encaminhando respectivos documentos nas datas aprazadas; - regularize o acúmulo de férias vencidas”.

⁹ **Contas de 2012 (TC-1484/026/12; DOE 11/12/2014; Relator Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho):** Primeira Câmara de 04/11/2014. **PARECER DESFAVORÁVEL** (déficit orçamentário; déficit financeiro; abertura de créditos adicionais com base em excesso de arrecadação inexistente; falta de recolhimento de encargos sociais; número elevado de cargos em comissão). RECOMENDAÇÕES: - adote medidas efetivas de implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos; - aperfeiçoe sua política de controle interno, bem como a contabilização das dívidas de longo prazo; - Adoção de controles efetivos relacionados com a Dívida Ativa; - Observe com rigor os termos da Lei nº 8.666/93, quando da realização e formalização das licitações, dispensas e inexigibilidades; - atenda às Instruções e recomendações deste Tribunal de Contas. **NEGATIVA DE PROVIMENTO AO PEDIDO DE REEXAME** em sessão do Tribunal Pleno de 28/10/2015 (**DOE 08/12/2015; Trânsito em Julgado em 14/12/2015**).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

TC-002117/026/15

VOTO

TÓPICO DE INSPEÇÃO	SITUAÇÃO	REF.
Aplicação no Ensino (CF, art. 212)	26,81%	(25%)
FUNDEB (Lei Federal nº 11.494/07, art. 21, caput e § 2º)	100%	(95% - 100%)
Pessoal do Magistério (ADCT da CF, art. 60, XII)	81,10%	(60%)
Despesa com Pessoal (LRF, art. 20, III, "b")	50,03%	(54%)
Aplicação na Saúde (ADCT da CF, art. 77, III)	31,63%	(15%)
Transferências ao Legislativo (CF, art. 29-A, §2º, I)	Atenderam ao limite	7%
Plano Municipal de Saneamento Básico (LF 11.445/07, artigos 11, 17 e 19)	Inexistente	
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (LF 12.305/10, art 18)	Implantado	
Plano Municipal de Mobilidade Urbana (LF 12.587/12, artigo 24, § 3º)	Não (obrigatório acima de 20.000 habitantes)	
População	115.495 habitantes	
Execução Orçamentária	Déficit de 3,12% ([-] R\$ 7.855.168,82)	
Resultado Financeiro	Déficit de R\$ 8.674.653,68	
Precatórios	Em ordem	
Ordem Cronológica dos Pagamentos	Em ordem	
Encargos Sociais (INSS, PASEP, FGTS e Previdência Própria)	Em ordem	
Investimentos + Inversões Financeiras ÷ RCL	3,67%	

IEGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal		
I-EGM	B	Componentes de Avaliação
i-AMB	B	Índice Municipal do Meio Ambiente: Infraestrutura, Contingenciamento, Resíduos Sólidos, IQR, Programa Ambiental, Plano Municipal de Saneamento.
i-CIDADE	B+	Índice Municipal de Cidades Protegidas: Contingenciamento, Infraestrutura, Pessoal, Plano de Mobilidade Urbana, SÍDEC (DEFESA CIVIL)
i-EDUC	B+	Índice Municipal de Educação: Avaliação Escolar, Conselho Municipal de Educação, Infraestrutura, Material Escolar, Merenda, Mínimo Constitucional, Plano Municipal de Educação, Professor, Transporte Escolar, Uniforme, Vagas.
i-FISCAL	B+	Índice Municipal de Gestão Fiscal: Dívida Ativa, Dívida Fundada, Execução Orçamentária, Finanças, Gestão Fiscal, Precatórios, Transparência.
i-GOV TI	B	Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação: Diretrizes de TI, Pessoal, Sistema AUDESP, Transparência.
i-PLANEJ.	C	Índice Municipal do Planejamento: Investimento, Pessoal, Programas e Metas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

i-SAÚDE	B	Índice Municipal da Saúde: Atenção Básica, Atendimento à População, Campanha, Conselho Municipal de Saúde, Equipe de Saúde da Família, Infraestrutura, Mínimo Constitucional, Profissionais da Saúde.
---------	---	--

(A) Altamente Efetiva / (B+) Muito Efetiva / (B) Efetiva / (C+) Em fase de adequação / (C) Baixo Nível de Adequação

Contas Anuais da Administração do
MUNICÍPIO DE BIRIGUI, exercício de 2015.

A instrução demonstra atendidos os parâmetros constitucionais e legais de aplicação nos setores de Saúde e Educação, e igualmente observados os limites incidentes aos pagamentos de pessoal e às transferências ao Legislativo. Consigna igualmente a regularidade dos depósitos de encargos trabalhistas, a adimplência para com as dívidas judiciais, e a conformidade da remuneração dos agentes políticos.

Nesta senda, **dispêndios funcionais** alçaram 50,03% (R\$ 131.959.80,90) da Receita Corrente Líquida, custo que atende à disciplina do artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 101/2000 (54%)¹⁰.

Foram investidos na área da **Saúde** 51.184.602,67% (R\$ 51.184.602,67) da receita própria, percentual que atende o mínimo fixado no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (15%)¹¹.

O gerenciamento da Saúde Municipal recebeu a nota "**B - Efetiva**" no **i-Saúde**. A análise sumária dos indicadores reflete melhorias possíveis

¹⁰ **Art. 20.** A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:
III - na esfera municipal:

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

¹¹ **Art. 77.** Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

em: **atenção básica** (sistematização de informações sobre gargalos e/ou demandas reprimidas de atendimento ambulatorial / hospitalar de média e alta complexidade); **atendimento à população** (efetivo controle de tempo de atendimento dos pacientes nas Unidades Básica de Saúde; disponibilização de consultas médicas à distância por meio de instrumentos tecnológicos; implantação de serviço de agendamento de consultas nas UBSs por meios remotos; avanços no atendimento de urgências); **infraestrutura** (obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e do alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária para a totalidade dos locais de atendimento médico-hospitalar e Unidades Básicas de Saúde); **Sistema Hórus** (implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica); e **SNA** (estruturação do componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria).

Estatísticas de Saúde apuradas pela Fundação SEADE¹² ratificam o sucesso do Município no que se refere às taxas de natalidade e mortalidade, bem como ao atendimento oferecido às gestantes, com indicadores que se mantiveram abaixo dos verificados na região de Governo do Município (Araçatuba) e/ou no Estado.

ESTATÍSTICAS VITAIS E SAÚDE	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2015	13,12	13,15	14,69
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2015	46,62	48,88	52,41
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2015	10,48	12,37	10,66
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2015	11,80	13,84	12,04
Taxa de Mortalidade da População de 15 a 34 Anos (Por cem mil habitantes na faixa etária)	2015	90,67	102,60	109,44
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes na faixa etária)	2015	3.261,07	3.501,93	3.482,85
Nascidos Vivos de Mães com Menos de 18 Anos (Em %)	2015	5,05	7,04	6,25
Mães que fizeram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %)	2015	81,05	83,67	77,77
Partos Cesáreos (Em %)	2015	72,87	76,85	59,40
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2015	7,93	8,65	9,15
Gestações Pré-Termo (Em %)	2015	8,21	11,35	10,63

¹² Fonte: www.seade.gov.sp. Link “Informações dos Municípios Paulistas”, em “Perfil Municipal”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

ESTATÍSTICAS VITAIS E SAÚDE	ANO	MUNICÍPIO	REG. GOV.	ESTADO
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	2016	0,57	1,33	1,28

Em que pese os bons resultados do exercício observa-se queda do **i-Saúde**, que em 2014 mereceu a categoria "**B+ - Muito Efetiva**". Sobreveem da baixa de avaliação as críticas decorrentes do "Acompanhamento da Saúde 2015" (A.4), inspeção de cunho operacional que se debruçou sobre o "Programa Municipal de Controle da Dengue", e apurou carência de insumos, redução de investimentos, desajustes na estrutura de pessoal, e descumprimento de metas de superação do quadro de epidemia, e de atendimentos e visitas domiciliares.

A fiscalização sinalizou também a recorrência na insuficiente atuação do Conselho Municipal de Saúde (B.3.2.2), e, ademais, registrou sérias irregularidades no funcionamento do Pronto Socorro Municipal (B.3.2.3).

Esclarecimentos da Origem reportam notícias de saneamento das falhas, cuja efetividade enseja **acompanhamento** da Fiscalização, sem prejuízo de que se **advirta** a Municipalidade para: - estrita observância das "Diretrizes Nacionais para Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue", bem assim das estratégias fixadas no "Programa de Vigilância e Controle da Dengue" da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo; - adoção de medidas de apoio à atuação eficiente do Conselho Municipal de Saúde; - efetiva regularização das condições de atendimento do Pronto Socorro Municipal.

Também respeitados os parâmetros de aporte à **Educação**, com investimentos de 26,81% da receita de impostos em manutenção e desenvolvimento



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

do **ensino** (R\$ 43.375.955,15), percentual a termos do artigo 212 da Constituição Federal (25%)¹³.

A Administração aplicou a totalidade dos recursos provenientes do **FUNDEB** (R\$ 41.413.770,04), dos quais 81,10% foram destinados à valorização do **Magistério** (R\$ 33.587.276,84), em atenção aos artigos 21 e 22 da Lei Federal 11.494/2007¹⁴ e ao artigo 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹⁵.

Já o desempenho do setor mereceu **i-Educ** no conceito "**B+**", índice que consigna "**muito efetiva**" a atuação municipal, como também se observa do IDEB apurado em 2015¹⁶ que indica superadas a meta fixada e a expectativa de 2017.

Município	Ideb Observado						Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Planalto	5.4	5.5	6.3	6.3	7.3	7.1	5.4	5.7	6.1	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2

¹³ **Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

¹⁴ **Art. 21.** Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

[...]

Art. 22. Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

¹⁵ **Art. 60.** Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação, respeitadas as seguintes disposições:

XII - proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) de cada Fundo referido no inciso I do caput deste artigo será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

¹⁶ Fonte: ideb.inep.gov.br. Avaliação das Escolas Municipais - 4ª Série / 5º Ano.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Há, porém, deficiências operacionais verificadas na rede municipal de ensino (A.3), que implicam em prejuízo direto ao processo de ensino-aprendizagem vez que impactam em rotatividade de docentes, diretores e coordenadores; deficitária gerência dos profissionais do magistério, com elevados números de contratos temporários e afastamentos por motivos de saúde; e, precariedades de instalações e recursos pedagógicos. Consta ainda demanda reprimida na Educação Infantil, por déficit de vagas em creches da rede municipal (B.3.1.2).

Desta feita, todavia à explanação de defesa e às noticiadas providências dirimentes, cabe **advertir** à Municipalidade quanto à necessidade de avanços na gestão educacional em vista do melhor atendimento à população.

Também o componente **i-Cidade** teve avaliação "**B+**", o que sinaliza êxito na gestão de proteção aos cidadãos em caso de eventuais sinistros e desastres. Nada obstante, a Fiscalização reclamou a edição do **Plano de Mobilidade Urbana** (A.1), crítica que, à vista das precárias explicações da defesa, motiva **advertência** à Prefeitura para que ultime medidas de elaboração do instrumento.

Igualmente bem sucedida mostra-se a gestão ambiental do Município por meio do parâmetro aferido no **i-Amb** em nota "**B - efetiva**". Contudo, a análise dos questionários preenchidos pela Origem evidencia possíveis avanços nos quesitos **IQR** (correta utilização do Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos); **resíduos sólidos** (implantação do Plano de Resíduos da Construção Civil que aborde coleta, transporte e destinação final; instituição da coleta seletiva); e **outros** (habilitação para licenciar empreendimentos de impacto ambiental, nos termos da Deliberação Normativa CONSEMA 01/2014).

Cumprindo ainda ressaltar, como aponta o laudo de inspeção, a ausência do **Plano Municipal**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Saneamento Básico (A.1). Em suas justificativas o Chefe do Executivo reportou providências em vista da consecução do saneamento básico no Município (fls. 101/104 - Anexo VI), assunto que deverá ser objeto de **acompanhamento** pela unidade fiscalizadora.

Quanto à governança de Tecnologia da Informação o **i-GovTi** registrou atuação "**efetiva**" (B), em que pese a Administração careça de metas e diretrizes futuras estabelecidas em **Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)**, e, ademais, haja oportunidades de aperfeiçoamentos tendo em vista as respostas constantes dos questionários aplicados à Administração Municipal¹⁷. Desta feita, é de ser **recomendada** ao Executivo Municipal a dissolução das falhas apontadas.

O **i-Planejamento** obteve nota "**C - baixo nível de adequação**", marca também observada em 2014. A aferição dos assuntos que compõem o índice exige **severa advertência** à Prefeitura, quanto ao saneamento das deficiências verificadas nos tópicos **audiências públicas** (efetiva divulgação das atas na Internet), **levantamento de dados** (adequação da coleta de sugestões on-line, com glossário explicando objetivos, como contribuir, de forma clara e simples; realização de levantamentos de problemas, necessidades e deficiências, antecedentes ao planejamento; utilização dos diagnósticos para aperfeiçoamento de peças orçamentárias), **outros componentes para peças de planejamento** (possibilidade de adequações provenientes de programas ou projetos originários da participação popular; diagnósticos consonantes aos planos do governo federal ou estadual), **pessoal** (estruturação e capacitação de equipe dedicada ao planejamento das ações municipais; avaliação das demais questões apontadas no quesito pessoal em vista das medidas de

¹⁷ Divulgados na página eletrônica desta Corte – link IEGM. **I-GOVTI** - Resultados. **Diretrizes de TI** - inexistência de PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação - que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro; falta de divulgação do PDTI na Internet. **Pessoal**: carência de programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI. **Transparência**: não há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas); falta de divulgação na Internet das atas da comissão de licitações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

adequação), **programas e metas** (medidas de equacionamento de metas e resultados), e **sistema informatizado** (uso de ferramentas tecnológicas para elaboração do planejamento).

Malgrado avaliada "**muito efetiva**" a política fiscal empreendida pelo Município como se observa do resultado "**B+**" auferido no componente **i-Fiscal**, a instrução aduz consideráveis desajustes no orçamento e nas finanças de 2015.

Apurou-se **iliquidez** (0,79) em face das obrigações de **curto prazo** (Passivo Financeiro: R\$ 41.670.433,65; Disponibilidade: R\$ 32.984.278,03). Entretanto, o endividamento computado pela Fiscalização inclui restos a pagar não processados (R\$ 19.652.368,354), cuja dedução eleva o índice de liquidez imediata para 1,50 (Passivo Financeiro recalculado: R\$ 22.018.065,30), patamar que demonstra capacidade de quitação dos compromissos efetivamente assumidos pelo Executivo, e possibilita ser **superada** a objeção (B.1.3).

A **dívida ativa** do Município cresceu 6,90% (2014: R\$ 51.112.487,62; 2015: R\$ 54.640.127,44), com queda de recebimentos na ordem de 13,14% (2014: R\$ 8.903.567,57; 2015: 7.733.248,54). O cenário, em que pese explicações trazidas, demanda **recomendação** à Origem para a implantação de hábeis mecanismos de cobrança tendo em vista o efetivo recebimento dos valores devidos (B.1.6).

Já a efetivação orçamentária (B.1.1; B.1.2; B.1.2.1) apresentou **déficit na ordem de 3,12%** (R\$ 7.855.168,82), do que refletiu o expressivo **saldo financeiro negativo** da gestão ([-] R\$ 8.674.653,68). O suporte do exercício anterior ([+] R\$ 373.144,90) foi insuficiente em dar cobertura à exiguidade do orçamento, de modo que, na contramão do superávit de 2014 (1,50%), houve a reversão do influxo financeiro para baixa de 2.424,74%. Constatam modificações no plano orçamental mediante **abertura de créditos adicionais, transferências e remanejamentos** em valor correspondente a 28,69% (R\$ 71.731.001,76) da despesa



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

inicial fixada.

Em sua defesa, argui o Administrador empenho integral de despesas oriundas da celebração de convênios, cujos respectivos aportes ingressaram nos cofres municipais de forma parcelada¹⁸. Firma o respeito aos imperativos constitucionais aplicáveis à Saúde e à Educação, bem como atendidos os tetos fixados às despesas de pessoal e às transferências ao Legislativo.

Há que o desequilíbrio verificado na gestão fiscal motivou pareceres de ATJ, Chefia de ATJ e MPC desfavoráveis à prestação de contas.

A SDG, por seu turno, ponderou por ajuste no resultado orçamentário tendo em vista a dedução do saldo financeiro advindo de 2014 ([+] R\$ 373.144,90). o cômputo reduz o déficit para 2,97% ([-] R\$ 7.482.023,92), patamar que aduz passível de ser aceito por esta Corte¹⁹ vez correspondente a apenas 36% de um único mês de arrecadação do exercício²⁰, exiguidade que se mostra insuficiente em acarretar futuro comprometimento às contas.

Demais disso, a Secretaria, de sua pesquisa no *Sistema PENTAH0*, aferiu os valores empenhados a título de convênios cujas receitas não sobrevieram no exercício (fl. 171), e sopesou que o

¹⁸ Valores apresentados pela defesa (fl. 402/403): - Total empenhado: R\$ 5.425.302,63; Valores recebidos: R\$ 792.645,00; Saldo a receber: R\$ 4.632.657,63.

¹⁹ Neste sentido, indica SDG o entendimento exarado no **TC-410/026/14 (Contas da Prefeitura Municipal de Cajobi – Exercício de 2014; Relatoria Conselheira Cristiana de Castro Moraes; Trânsito em Julgado em 05/04/2016)**: “O resultado da execução orçamentária no exercício registrou déficit de 2,34% - R\$ 565.758,29, não amparado por saldo financeiro do exercício anterior. Desse modo, foi estabelecido um déficit financeiro de R\$ 564.801,62. Esses resultados negativos não são suficientes ao desequilíbrio das contas, tomando como parâmetro que representam menos de 01 mês de arrecadação (R\$ 24.731.187,48 : 12 = R\$ 2.013.785,766); contudo, a Origem deve proceder esforços fiscais no sentido de constituir superávits primário e nominal, com a intenção de eliminar o passivo constituído”.

²⁰ Receita Anual de 2015 (R\$ 251.675.535,21) ÷ 12 meses = R\$ 20.972.961,27. Déficit ajustado ([-] R\$ 7.482.023,92) ÷ Receita Mensal (R\$ 20.972.961,27) = 36%.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

desconto dos referidos empenhos (R\$ 1,916 milhão) reduziria a exiguidade orçamentária para [-] 2,21% (R\$ 5,566 milhões).

Nestas circunstâncias, acompanho o pronunciamento da Secretaria-Diretoria Geral, e voto pela emissão de **parecer prévio favorável** às Contas do Senhor PEDRO FELÍCIO ESTRADA BERNABÉ, Chefe do EXECUTIVO DE BIRIGUI no exercício de 2015.

Por fim, à vista das notícias e dos esclarecimentos trazidos pelo responsável, passíveis de **relevação** são os desacertos versados em "A.2 - CONTROLE INTERNO", "B.2.1.1 - ALIENAÇÃO DE ATIVOS", "B.6.2 - ALMOXARIFADO", "B.6.3 - BENS PATRIMONIAIS", "C.2 - CONTRATOS", "C.2.3 - EXECUÇÃO CONTRATUAL", "D.2 - FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP", "D.3.3 - FÉRIAS VENCIDAS E NÃO GOZADAS / AUSÊNCIA DE ESCALA DE FÉRIAS" e "D.5 - ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, ÀS INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL". Nada obstante, é aconselhável que a Fiscalização proceda ao **acompanhamento** das providências dirimentes comunicadas a esta Corte.

Demais de orientações e advertências já indicadas, expeçam-se ainda à Origem seguintes **recomendações**: - adequação do controle interno, em cumprimento do artigo 74 da Constituição Federal²¹ e

²¹ **Art. 74.** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

do Comunicado SDG 32/2012²² (A.2); - aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira com vistas ao melhor contingenciamento das despesas, com moderação na abertura de créditos adicionais e nas alterações por transferências/remanejamentos, em observância ao Comunicado SDG nº 32/2015²³ (B.1.1; B.1.2; B.1.2.1); - adequação do regime de adiantamentos mediante a necessária conformação dos normativos municipais, tendo em vista o rigor das prestações de contas em respeito à Deliberação TCA-042975/026/08²⁴ e ao Comunicado SDG nº 19/2010²⁵ (B.5.3.2); - realização do

²² **COMUNICADO SDG Nº 32/2012 (DOE 29/09, 03/10 e 10/10/2012)** - Dispõe sobre a implantação do sistema de controle interno.

²³ **COMUNICADO SDG Nº 32/2015 (DOE 18/08, 09/09 e 30/09/2015):**

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sua permanente tarefa de orientação a seus jurisdicionados, recomenda a observância de aspectos relevantes na elaboração das leis orçamentárias anuais e demais instrumentos de interesse que podem, assim, ser resumidos:

4. utilizar com moderação os percentuais permissivos para abertura de créditos suplementares, autorizados na Lei Orçamentária anual e financiados pela anulação parcial ou total de outras dotações;

5. o remanejamento, a transferência e transposição, no termos da E.C. nº 85, de 2015, estarão sempre dependentes de leis específicas, salvo para as dotações destinadas às atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo;

²⁴ **DELIBERAÇÃO TC-A 42975-026-08 (publicado em 04/12/2008)** - Dispõe sobre despesas no âmbito das Câmaras Municipais.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando que nos autos do processo TC-2140-026-04, em sessão do Tribunal Pleno, realizada em 26 de novembro de 2008, discutiu-se a necessidade de regulamentação acerca dos gastos no âmbito das Câmaras Municipais, RESOLVE EDITAR DELIBERAÇÃO, de seguinte teor:

Artigo 1 – Salvo o subsídio a que faz jus na conformidade do artigo 29 da Constituição Federal, é vedado pagamento a qualquer título a Vereador.

Artigo 2 – O Vereador, no caso de deslocamento do Município para participação em eventos oficialmente autorizados, poderá ter as despesas, eventualmente realizadas, suportadas pelo regime de adiantamento, de que trata o artigo 68 da Lei Federal n. 4.320, de 1964, feito a servidor responsável pela necessária e correspondente prestação de contas.

Artigo 3 – esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

²⁵ **COMUNICADO SDG Nº 19/2010 (publicação DOE em 17/06/2010):**

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo alerta que, no uso do regime de adiantamento de que tratam os art. 68 e 69 da Lei nº 4.320, de 1964, devem os jurisdicionados atentar para os procedimentos determinados na lei local específica e, também, para os que seguem:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

levantamento geral de bens imóveis e correção dos registros imobiliários, em atendimento ao artigo 96 da Lei Federal 4.320/64²⁶ (B.6.3); - rigor formal na celebração de instrumentos contratuais, e criterioso acompanhamento de execução dos ajustes, em atenção aos artigos 62 e 67 da Lei 8.666/93²⁷; - revisão do quadro funcional, tendo em vista a extinção de cargos em comissão que desatendam a disciplina do artigo 37, inciso V, da CF/88²⁸, bem como as disposições do Comunicado SDG nº 32/2015²⁹ (D.3.2); -

1. autorização bem motivada do ordenador da despesa; no caso de viagens, há de se mostrar, de forma clara e não-genérica, o objetivo da missão oficial e o nome de todos os que dela participarão.
2. o responsável pelo adiantamento deve ser um servidor e, não, um agente político; tudo conforme Deliberação desta Corte (TC-A 42.975/026/08).
3. a despesa será comprovada mediante originais das notas e cupons fiscais; os recibos de serviço de pessoa física devem bem identificar o prestador: nome, endereço, RG, CPF, nº. de inscrição no INSS, nº. de inscrição no ISS.
4. a comprovação de dispêndios com viagem também requer relatório objetivo das atividades realizadas nos destinos visitados.
5. em obediência aos constitucionais princípios da economicidade e legitimidade, os gastos devem primar pela modicidade.
6. não devem ser aceitos documentos alterados, rasurados, emendados ou com outros artifícios quem venham a prejudicar sua clareza.
7. o sistema de Controle Interno deve emitir parecer sobre a regularidade da prestação de contas.

²⁶ **Art. 96.** O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

²⁷ **Art. 62.** O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

²⁸ **Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

²⁹ **COMUNICADO SDG Nº 32/2015 (DOE 18/08, 09/09 e 30/09/2015):**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

implantação de efetivo controle e de escalonamento das férias dos servidores municipais, com a devida regularização de períodos vencidos (D.3.3); - fiel atendimento de prazos, Instruções Normativas, orientações e advertências da Corte de Contas (item D.5) .

Este é o voto.

GCECR
ADS

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sua permanente tarefa de orientação a seus jurisdicionados, recomenda a observância de aspectos relevantes na elaboração das leis orçamentárias anuais e demais instrumentos de interesse que podem, assim, ser resumidos:

8. as leis devem definir com clareza as atribuições e a escolaridade exigidas para provimento de cargos em comissão de Direção e Assessoria exclusivos de nível universitário, reservando-se aos de Chefia a formação técnico-profissional apropriado.